

## A PESCA ARTESANAL, CONFLITOS E NOVAS CONFIGURAÇÕES

Winifred KNOX<sup>1</sup>  
Aline TRIGUEIRO<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo pretende fazer uma análise da situação da pesca artesanal a qual vem enfrentando grandes dificuldades resultado das transformações econômicas e sociais fruto dos novos usos do litoral. O estudo se concentra nas comunidades pesqueiras dispostas ao longo do litoral do estado do Espírito Santo, utilizando registros produzidos por diferentes instituições, e também o material (entrevistas, filmagem, discursos em Encontros, etc.) levantado pelo trabalho de campo realizado por nossos projetos. Partimos do pressuposto de que as ideias de *desenvolvimento e progresso* são transformadas em *ideologia hegemônica*, para a facilitação da implantação de um *Campo de Desenvolvimento*. Dá-se, assim, uma *distorção ideológica* com a produção social da necessidade do desenvolvimento, assim como a produção de impactadores que, pela distorção provocada, passam a ser os pescadores artesanais.

**PALAVRAS-CHAVES:** Desenvolvimento. Conflitos ambientais. Pescadores artesanais. Transformações socioeconômicas. Políticas públicas.

### Introdução

O presente artigo pretende fazer uma análise da situação dos pescadores artesanais, os quais, assim como o pequeno produtor rural, vem enfrentando grandes dificuldades, resultado das transformações econômicas e sociais dos novos usos e apropriações que se realizam na faixa costeira implicando diretamente o trabalho e a (re) produção da vida deste grupo.

O estudo se concentra nas comunidades pesqueiras dispostas ao longo do litoral do estado do Espírito Santo, utilizando como base de investigação os registros produzidos por diferentes instituições e os dados produzidos pelo GEPEDES (Grupo de Estudo e Pesquisa em Populações e Desenvolvimento no ES), através das informações e dos registros coletados nos anos de 2012/2013 com os projetos desenvolvidos onde realizamos trabalho de campo com uma ou mais incursões nas localidades, que a equipe de trabalho coloquialmente chamou de “mobilizações”, por meio de oficinas, entrevistas, coleta de imagens e de depoimentos variados, com os pescadores e pescadoras.

Sobre a metodologia utilizada podemos dizer que durante a pesquisa, as visitas à estas comunidades, onde fazíamos os contatos e as reuniões com os pescadores e pescadoras, funcionavam como mobilizações *in loco*. Em cada um desses lugares aproveitávamos para a

---

<sup>1</sup> UFFN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Natal – RN – Brasil. 59078-900 - winknox@hotmail.com

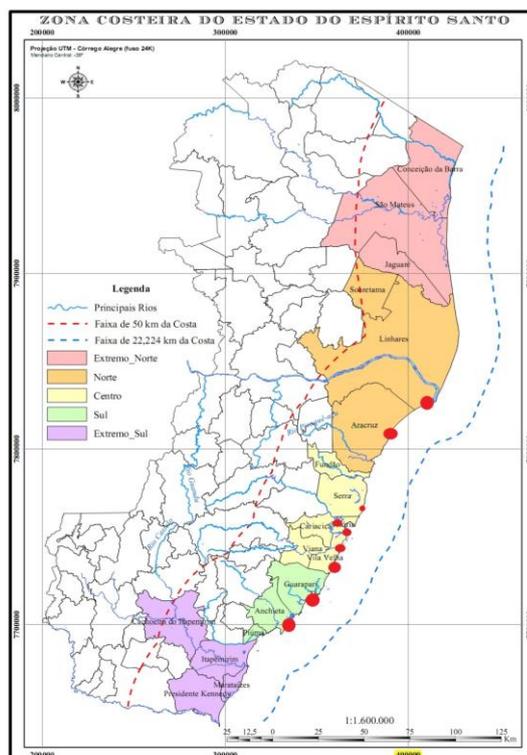
<sup>2</sup> UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais - Departamento de Ciências Sociais. Vitória – ES – Brasil. 29.075-910 - aline.trigueiro@uol.com.br

realização de entrevistas com roteiros semiestruturados, com lideranças formais, representantes das comunidades através de suas associações, e pescadores que exerciam alguma espécie de papel representativo entre seus iguais, os quais consideramos lideranças informais. O registro foi feito por meio de gravador e/ou de câmera filmadora. As visitas seguintes, foram encontros preparados para a realização de oficinas de trabalho, as quais tinham a duração de uma manhã. Nelas reuníamos pescadores (as) e, lideranças locais, refletindo juntos sobre as principais mudanças ocorridas na atividade pesqueira nos últimos anos (os seus problemas e as suas causas).

### O Espírito Santo e a pesca artesanal costeira

O Espírito Santo possui uma linha de costa de 521 km e aproximadamente 460 km de extensão (Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba, Estudo Setorial, 2007). Esse litoral é constituído de 14 (quatorze) municípios onde existem cerca de 50 (cinquenta) comunidades e distritos de pescadores. O estado possui 36 portos de embarque e desembarque de pesca.

**Figura 1 - Mapa da Zona Costeira do ES com as regiões trabalhadas pela pesquisa**



Fonte: Mapa da zona costeira do RN da SEAMA/ES, IEMA com adaptação própria.

Segundo o relatório do Plano Estratégico, existem próximo a 11.600 postos de trabalho gerados pelo esforço de pesca no Espírito Santo, divididos entre as atividades de captura extrativa marinha e continental. Se somados os setores de captura e comercialização, entre empregos diretos e indiretos, estima-se um total de 69.720 trabalhadores.

**Figura 2 - Pescadores pescando Ilha das Caieiras, Vitória, ES/Brasil.**



**Fonte:** Foto de João Paulo Izoton, pesquisador do GEPEDES, 2012.

A importância da pesca artesanal realizada no mar é relatada em vários trabalhos. Do ponto de vista da produtividade - apesar das deficiências na coleta /sistematização dos dados do desembarque pesqueiro -, sabe-se que a pesca de pequena escala representa um número expressivo da frota pesqueira total em todo o país. A pesca artesanal tem sido definida por uma produção de baixa escala por barco e tem se caracterizado, ao longo dos séculos, no Brasil, como aquela exercida por pequena tripulação e barcos não maiores do que 15 metros. Mas para que se alcance esta produtividade é necessário que grande parte da população de pescadores/trabalhadores esteja envolvida. Esta produção representa a maior parte do pescado consumido no país. Portanto a questão da pesca artesanal se mostra interligada às questões sociais e fazendo forte vínculo com a segurança alimentar.

Ao longo do tempo, principalmente nas últimas décadas, a sobrevivência das populações pesqueiras que continuam exercendo a atividade, tem sido cada vez mais difícil,

principalmente na manutenção das suas condições de vida e trabalho. Pois tanto o lugar de moradia, na faixa à beira-mar, como o lugar de trabalho, o mar e o oceano Atlântico, tem sofrido um adensamento populacional e ocupacional. No primeiro caso, percebe-se um fenômeno (global) de ocupação da faixa litorânea como primeira ou segunda moradia de residentes, veranistas, ou especuladores, e também ocupação pela indústria do turismo e pela instalação de outros tipos de indústrias, como a portuária. No segundo caso, a ocupação do mar/oceano Atlântico na costa brasileira, tem se intensificado nas últimas décadas pela busca/exploração petrolífera na chamada “Amazônia azul”, e também pela pesca realizada pela indústria pesqueira, atividades que têm afetado a vida marinha e à pesca artesanal. Com a intensificação da movimentação/ocupação no espaço pesqueiro próximo à costa, os pescadores dizem que o peixe escasseou.

Depoimento 1 de pescador:

*É isso, nós temos problemas demais, viu? O primeiro problema é que a gente tem umas traineiras aqui que vem de Santa Catarina e tão acabando com nossa pesca aqui, [...] pescaria que você consegue fazer em quarenta anos, uma vida de pesca, em um dia eles conseguem fazer todo esse pescado [...] É setenta toneladas de peixe em dois dias pra (sic) lotar uma traineira, e o tamanho do peixe que ela pega, entendeu? [...] (PESCADOR, ES, 2012).  
Relato oral.*

Os pescadores reclamam que os pesqueiros estão cada vez mais longe da costa, o que inviabiliza em muito a pesca de *ir e vir diariamente*, pois os barcos precisam navegar muito além da zona próxima da costa para chegarem aos pesqueiros. Fora o fato de que relatam uma escassez do pescado, necessitando esperar mais tempo para pegar os peixes.

Os barcos, para irem muito além da costa próxima à terra, precisam ser maiores e mais preparados, com mais instrumentos de navegação. Para isso, os barcos têm sido aumentados com reformas em estaleiros de barcos artesanais, e estão sendo incorporados novos instrumentos náuticos a eles, como o GPS, a sonda e o sonar, e têm feito com que a atividade pesqueira tenha novos processos sociais e tecnológicos.

Observa-se, portanto, a modernização de certos procedimentos, efeitos da introdução de inovações tecnológicas. No entanto, não é verificável a completa transformação na natureza artesanal da atividade. Ou seja, há a permanência de traços artesanais da atividade cujo fundamento permanece como fruto da energia do trabalho humano, com relações sociais de trabalho familiares e com uma organização mental e prática do conhecimento como uma extensão do espaço doméstico. Assim, chama a atenção a forma de aquisição do conhecimento o qual se dá pelo aprendizado direto, vivencial, orientado e acompanhado

prática e oralmente por mestres experientes, pelo conhecimento e aproximação necessária ao meio ambiente do qual se depende profundamente para a sobrevivência imediata e perpetuação mediada (DIEGUES, 1998, 2001). Ressalta-se também que este conhecimento normalmente se caracteriza pelo modo holístico como o sujeito e o universo pesquisado/vivenciado é percebido (ROUÊ, 2000). Observam-se também formas elementares da organização do trabalho e do parentesco.

No ES, a frota pesqueira é bem expressiva, considerada a maior frota de pesca oceânica do país (CARACTERIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA, 2010) e possui uma frota de 2.486 barcos motorizados, com um contingente de 11.517 pescadores ativos. O setor da pesca marinha contribuiu, em 2005, segundo o Macro Diagnóstico, com 18.000 toneladas de pescados capturados em águas marinhas. Calcula-se que, em vários pontos deste extenso litoral, ainda parte significativa da população viva exclusiva, ou indiretamente, da pesca artesanal.

### **A pesca e os investimentos na área litorânea do ES**

A pouca atenção expressa nos baixos investimentos em programas, planos ou projeto pelo poderes e instituições governamentais direcionada à pesca artesanal faz suscitar a avaliação de que isto se dá como resultado de uma concepção equivocada de desenvolvimento, fundamentada na ideia econômica que considera as atividades de base familiar como não capazes de gerar riquezas, e melhorias. Isto coloca o problema como uma questão de quantidade e não de qualidade. Ou seja, a pesca artesanal por ser uma pesca de baixa escala, baixa extração, não conseguiria ir além de uma economia de subsistência e como consequência desta baixa produção, não geraria autonomia, bem-estar ou riqueza.

Neste modo de percepção da pesca artesanal, normalmente, não se discute a forma de apropriação da riqueza pelo grande capital, a gestão/distribuição das riquezas, a diferente apropriação do trabalho envolvido, a assimetria de poder entre os sujeitos envolvidos, e nem mesmo se considera os que de fato estão inseridos na produção. A produção de riquezas, a qualidade de vida, a segurança alimentar de milhões de pequenos produtores e suas famílias, tal como, se verifica na agricultura familiar, é desconsiderada. Assim, estas populações pesqueiras *precisariam do progresso*, justificativa para que a *narrativa do desenvolvimento* seja incorporada e, haja a adoção do modelo modernizador proposto pelo conjunto de elementos das redes do campo do desenvolvimento e do capital.

Na pesca artesanal pouco é investido, muito ao contrário, a faixa litorânea do estado

tem sido o palco de investimentos e atividades produtivas e/ou extrativas industriais, nas imediações das comunidades de pescadores artesanais nas últimas décadas, o que tem provocado grandes modificações socioambientais.

### - Os Projetos de Grande Escala -

Os chamados Projetos de Grande Escala - PGEs (RIBEIRO, 2008) têm sido planejados para a sua implantação nessa faixa no ES faz já algumas décadas, devido à localização privilegiada do estado. A antiga Vale do Rio Doce foi a primeira a se alojar na baía de Vitória, ainda nos anos de 70 quando ainda era uma empresa estatal. Mas desde essa época até os nossos dias, quando a empresa se tornou em uma das maiores mineradoras do mundo, tem tido o seu tamanho triplicado. Do mesmo modo o gigantesco estaleiro da Jurong, empresa de Cingapura, em Barra do Riacho/ES, tem transformado toda a orla da pequena vila de pescadores.

As grandes inserções econômicas no litoral do ES podem ser identificadas pela indústria de energia de petróleo (plataformas em alto-mar, como no litoral do ES), a indústria portuária de importação/exportação, indústrias siderúrgicas e de exportação/ transformação de minério como as atividades exercidas pelas multinacionais Vale/ Samarco em vários pontos do litoral capixaba. Há ainda a ocupação em menor escala da área litorânea para a exploração da indústria do turismo.

### - Os Portos

Estas grandes inserções trazem benefícios, mas geram inúmeros problemas como poluição, impactos sociais na população residente e impactos ambientais. Atualmente um novo campo de investimento, com a aprovação da Lei 8.630, também conhecida como Lei de Modernização dos Portos Brasileiros, abriu-se acompanhado de uma nova gama de problemas que têm sido discutidos. Com a possibilidade de ampliação da malha portuária através da privatização dos portos brasileiros, o controle estatal diminuiu em torno das licenças para a concessão e terceirização de serviços, ficando cada vez sujeito à pressão do capital privado internacional.

No Espírito Santo há em torno de duas dezenas de portos em consulta para seu licenciamento no IEMA, propondo a construção e implantação, segundo informações de mapa divulgado pela Frente Parlamentar Ambientalista da Assembléia Estadual do Espírito Santo (ver. ilustração). Nove portos já estão em funcionamento, e um em construção. Se os portos em estudos forem aprovados, em parte ou na totalidade, significará por um lado, um enorme adensamento na região costeira, de população migrante e temporária, de navios, de dragas, e, também por outro lado, impedimentos legais sendo impostos às atividades dos pescadores.

Assim como a construção de mais um mineroduto por baixo das terras do ES, desembocando na Foz do Rio Doce, impactando a pequena vila de Povoação, em frente a cidade de Regência, é mais uma das propostas de uma grande empresa Manabi, para a exportação de minério. Essa proposta passou pela Câmara de Vereadores de Linhares e resultou na alteração do Plano Diretor Municipal para possibilitar as atividades industriais que chegariam a modificar toda a foz do Rio Doce, assim como a comunidade pesqueira.

Esta projeto evidentemente recrudescer após o gigantesco acidente na primeira semana do mês de novembro do ano de 2015, com rompimento das barragens de resíduos do Complexo de Germano da mineradora Samarco/Vale, na cidade de Mariana/MG, cujos estragos são avaliados em um acidente ambiental sem precedentes no Brasil, e possivelmente, matando os recursos vivos do Rio Doce por mais de 3 décadas. Os pescadores se perguntam o que vai acontecer com a sua atividade e quais serão as punições para uma empresa que mata tudo que um rio tem, tornando a utilização da água para as plantações e para uso diário impossível. Vários municípios capixabas que utilizavam as águas do rio para uso, ficaram sem água, como Regência e Colatina.

Pode-se constatar o nexos Estado-capital (HARVEY, 2011), na busca da implantação de modelos de desenvolvimento, como nos mostra Ribeiro (2008), o que reforça ainda a concentração de capital e a socialização dos problemas, é a injustiça ambiental, conforme Acselrad, (1998), que polui e distribui dejetos industriais, nas áreas sociais onde grupos sociais mais pobres vivem, fazendo com que estes sejam obrigados a sair do local ou a viver com estes danos à saúde e ao ambiente (ZHOURI, 2011).

A veemência com que o *ideário do progresso* se impõe parece invisibilizar as questões sociais que envolvem as comunidades de pequenos pescadores artesanais. A invisibilidade dos conflitos favorece que aconteça uma absorção da ideia de desenvolvimento como um fim e uma necessidade, para qual todos devem a ela convergir. Dá-se uma naturalização da narrativa do desenvolvimento. Contudo, não se problematiza o tipo de desenvolvimento adequado e a quem ele deve favorecer.

### **O campo de desenvolvimento: retóricas e idealizações**

Os destacados indicadores de desenvolvimento econômico do Espírito Santo têm garantido visibilidade capixaba no cenário nacional na medida em que o PIB do estado está entre os mais altos do país, resultado dos investimentos de grande porte nas últimas décadas por grandes empresas nacionais e multinacionais, dentre elas encontram-se: a Petrobras, a

Aracruz Celulose (atual Fibria), a Vale do Rio Doce, a Arcelor Mittal, etc. e também de investimentos de médio e de pequeno porte, decorrentes, ou não, dos investimentos de grande porte (IGLESIAS, 2010). Isso tem trazido inúmeras transformações para o estado, tanto no quesito econômico quanto nos quesitos sociocultural e ambiental, imprimindo mudanças nos estilos de vida de diferentes populações e alterando a paisagem e os ecossistemas de várias regiões do estado.

Segundo informação do Instituto Jones dos Santos Neves, a produção industrial do Espírito Santo obteve um crescimento acumulado de 24,92% nos primeiros 11 meses de 2010, em relação ao mesmo período de 2009, alcançando o primeiro lugar quanto ao nível de desenvolvimento entre os estados e, inclusive, em relação à média de desenvolvimento nacional, que, por sua vez, atingiu um nível de crescimento acumulado de 11,1%. Estes foram os dados divulgados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (2011), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao mês de novembro de 2010.

No entanto, vale salientar que enquanto o PIB do ES alcançava maiores índices, é também a partir de 2009 que o Índice de Gini, um indicador de desigualdade social, indica que o ES mostrava nesta época maior concentração de renda no grupo dos mais ricos para os anos vindouros, aumentando a diferença entre ricos e pobres, contrariando a média nacional e regional, que apresentava menor diferença entre ricos e pobres. Quanto aos índices relativo à educação, o estado mantém próximo da média nacional de 7,2 anos de estudo por pessoas de 25 anos ou mais. Ou seja, poderíamos dizer que a expectativa de desenvolvimento social ainda não se efetivou, e se continuar mantendo a tendência de concentração de renda dificilmente a alcançará.

Uma análise histórica sobre os aspectos da economia do estado nos últimos 40 anos induz a pensar o quão estruturante tem sido a questão do crescimento econômico em termos locais. A ideia do crescimento econômico não se configura apenas em sentido objetivo – nos projetos que estão sendo encampados em todo o território –, mas também em termos simbólicos. Ou seja, é possível identificar o ideal do desenvolvimento ecoando por entre as falas de distintos grupos: os agentes do planejamento, os políticos, os empresários, dentre outros grupos sociais locais; cada qual produzindo justificativas e acenando para valores e interesses próprios.

Além dos dados disponibilizados pelas agências de pesquisa especializadas, há também regularidade na divulgação de tais informações pela mídia impressa local. Merece destaque o fato de que os dois principais jornais do Estado, *A Tribuna* e *A Gazeta*, que

participam da ONG *ES em Ação*, publicam com intensidade e quantidade significativa, matérias que sinalizam positivamente a esse projeto para o desenvolvimento, o progresso, e a grande quantidade de empregos que serão abertos com a instalação destas indústrias, destes portos, etc.

No caso do Espírito Santo, porém, não se fazem presentes nos discursos desenvolvimentistas governamentais, as questões dos impactos ambientais deste tipo de proposta. Muito menos na frente *ES em Ação*, ONG que agrega diversas grandes empresas com o propósito de participarem ativamente da organização e planejamento da política de desenvolvimento estadual.

Paradoxalmente, outra força importante neste campo social, a que produz o discurso trabalhista, no caso o discurso da federação dos pescadores (Federação dos Pescadores do ES), também não faz referência clara aos impactos ambientais de tais propostas, fato que mostra a não explicitação do conflito e do enfrentamento das lideranças dos pescadores com o ideário do desenvolvimento. E também o não *esverdeamento* das questões trabalhistas, como mostrou Lopes (2006) em seu estudo em Volta Redonda. Talvez pudéssemos dizer que o *esverdeamento* das questões trabalhistas, depende das *estruturas de oportunidades* (SOARES, 2012) no campo de lutas.

Mas no discurso dos pescadores *comuns*, daqueles que não são lideranças formais, é possível perceber a presença da utilização da denúncia contra um tipo de “progresso” que, para eles, é o verdadeiro causador dos impactos ambientais.

### **Confrontos entre narrativas sobre a pesca**

Os pescadores narraram a dificuldade atual para encontrar o peixe, falam que “*o peixe sumiu*”, que “*o peixe ficou mais esperto*, não morde a linha facilmente, têm que se esperar mais”, etc. É comum esta narrativa ser contraposta com um tempo do passado em que tinha muito peixe e que era comum voltar com o barco lotado de peixe de uma pescaria de apenas algumas horas. Porém, também é comum o complemento imediato, dizendo que eles não tinham o que fazer com tanto peixe, e que o peixe era muito barato porque não tinham como armazenar para vender depois. Com a diminuição da quantidade do pescado o caminho aos pesqueiros fica cada vez maior.

Sobre a pesca antigamente:

E: *Onde você costumava pescar com seu pai? Por onde você ia pescar com seu pai?*

A: *Heim? Ah, eu pescava aqui perto de Tubarão (Porto de Tubarão), ali do lado de Tubarão onde a gente gostava mais de pescar em rede de espera e camarão, e dava mais, naquela época era muita fartura que tinha, você bota a rede..., ó, nós bota a rede, você sabe na saída da curva da Jurema.. Ali (ainda hoje). Nós botava a rede ali, matava corvina, sarda, enchova, mas era caixa, não era... (pouco não), era fartura de peixe, (hoje) você (pode) botar a rede ali, não pega..., (antigamente) botava a rede ali, botava o cercamento, e quando dava de manhã cedinho tirava, era muito peixe mas também era poucos barco entendeu? (PESCADOR, ES, 2012) Relato oral.*

As causas por eles levantadas variaram de acordo com as regiões. Os pescadores de Vitória (Enseada do Suá) e baía de Vitória, Ilha das Caieiras e Vila Velha, sinalizaram a intensa movimentação de navios na boca da baía, a frequente dragagem para aumentar a sua profundidade e a retirada de sedimentos no fundo:

*[...] nós tamos (sic) sofrendo por que tem uma draga ali, que ela tá passando em cima do nosso pesqueiro, por que tá abrindo o canal na baía de Vitória ela tá abrindo de ponta a ponta, então nossas pescarias passava (sic) por ali né, então ela tá passando por cima, tá quebrando todo o fundo.... tem dois anos que a draga tá ali por cima, e depois que ela for embora, demora mais dois anos pra recuperação desse terreno (o fundo marinho), é muito difícil aí o pescador tem que procurar outro lugar pra pescar, entendeu? (PESCADOR, ES, 2012). Relato oral.*

E

*[...] isso até já foi denunciado no IBAMA e o IEMA por que eles (as empresas de dragagem) tão pegando a lama toda ali do fundo e tão, sabe que primeiro tem que ter uma pessoa do IEMA dentro, é obrigatório, né?, mas não tem ninguém(fiscalizando), então, de noite mesmo, eles pega na baía de Vitória, e quando chega aqui (Enseada do Suá) na frente, eles joga tudo fora, e quando chega lá no lugar onde tem que jogar, eles já tá fazendo curva pra voltar, eles, na beira, ali, já levanta (despeja) tudinho, isso aqui os pescadores tem reclamado comigo direto, ...jogando lama em cima dos pesqueiro atrapalhando a coisa todinha...impacto ambiental é essas duas dragas dentro da baía de Vitória, que tá quebrando tudo. (PESCADOR, ES, 2012). Relato oral.*

Para os entrevistados em Anchieta, as dragagens executadas pelas empresas Samarco também interrompem e impedem a vida marinha (PEREIRA, 2014). Para os entrevistados ao norte do estado, em Regência, tanto a pesca no rio Doce (BICALHO, 2012), quanto a pesca no mar têm sofrido com as atividades industriais às margens do rio e com as pesquisas sísmicas da Petrobras que afetam os recursos marinhos (LEONARDO, 2014), como já salientamos em outros trabalhos (TRIGUEIRO; KNOX, 2013).

Assim as atividades portuárias com a movimentação de navios e as constantes dragagens são situadas como as principais causas para o desaparecimento do peixe nesta

região e também como causas para o problema da perda de material de pesca como redes e outros apetrechos de trabalho. A maioria dos entrevistados em todas as regiões trabalhadas reclamou da presença muito próxima das traineiras.

Para os pescadores o defeso aparece como um problema, e não como uma solução. Isso porque eles raramente percebem o benefício produzido pelo tempo de proibição de pesca, de forma concreta através de um aumento de produtividade /extratividade do pescado na época seguinte da pesca. Além de tudo percebem a situação em que se encontram frente à legislação que os impede de realizar suas pescarias como se eles fossem os impactadores do meio ambiente.

Assim podemos dizer, como eles, que tendo vivido décadas das atividades pesqueiras, atualmente houve uma *invenção* da proibição da pesca:

*[...] aqui nunca se bateu na baía de Vitória, os pescadores jogavam sua tarrafa aqui, jogava sua redinha [...]. Aí, daí eu conversei, vem cá você sabe o que é impacto ambiental, impacto ambiental é o cara pegar três carapebinha? Você acha que isso é impacto ambiental? O dia que parar de passar essas dragas aí, os peixe [sic] voltam tudo, o problema não é rede, uma tarrafinha que o cara joga, não [...]* (PESCADOR, ES, 2012). Relato oral.

No argumento utilizado parecem dizer da *extra localidade* que a proibição tem, ou seja, esta não se refere à proteção do período de reprodução dos recursos marinhos defendidos naquele período naquela localidade. Por isso não acreditam na eficácia da parada da extração. Com a homogeneização do período do defeso independente da geografia regional o resultado esperado com a medida decresce em sua credibilidade. Talvez também seja a falta da mesma que diminua as possibilidades de que o defeso seja praticado por todos e em toda a sua extensão.

*[...] olha tem barco aqui (nesta colônia), nós temos sessenta por cento dos barcos (que) não tem licença (para pescar) de camarão, por que eles (Ministério da pesca) não dão, tem mais de vinte anos que eles não dão... É a burocracia tudo aqui é ruim, [...]* (PESCADOR, ES, 2012). Relato oral.

Dificuldades de toda sorte de exigência burocrática são relatadas. Ao que parece há uma divergência entre as normas das diferentes agências fiscalizadoras, reguladoras e credenciadoras marítimas e ambientais. Somando-se ao conflito devido às diferentes posições, regras e normas das agências, há ainda a baixa escolaridade e a falta de acesso aos meios informativos digitalizados e disponíveis na Web. Por isso eles consideram um problema a grande dificuldade para tirar os documentos que legalizam a embarcação e regularizam o pescador, como a licença para pescar, já que é necessário ter uma licença para cada tipo de

pescaria, uma para a pesca de camarão, outra para os peixes, etc.

Eles reconhecem como um problema a falta de participação dos pescadores na luta pelos seus interesses, e analisam que as causas para este problema são devidos a: falta de vontade dos órgãos públicos em ouvir o que eles têm a dizer/ opinar; reconhecem a ingerência de políticos nas questões que os envolvem e a manipulação entre estes e o governo. Por fim reconhecem a má gestão das colônias (consideradas associações por muito tempo) de pescadores, ressaltando a pouca vontade para o bem comum nas lideranças e a priorização de interesses individuais. Quanto ao último item podemos ressaltar que várias associações de pescadores e moradores têm sido formalizadas nestes locais, como forma de reação ao que consideram inativismo das Colônias.

Em Vila Velha, na praia de Itapoã, em relação à participação, por exemplo, eles falaram em uma atuação dos agentes municipais para retirá-los da praia, local onde vendem os peixes, em frente ao local de moradia, desmobilizando, provocando divergência, cooptando lideranças, seja para expulsá-los de suas moradias, seja para impedi-los de vender em suas barracas de trabalho montadas na areia perto do calçamento. As ações que demonstram isso são o confisco pela prefeitura das barracas nesta área, alegando não estarem usando o material ou a mesa correta. Assim, entre outras ações para impedir a atividade de venda do peixe e a presença deles ali, a especulação imobiliária do grande capital da construção civil, se mostra intensamente presente no local, e o nexos estado- capital se mostra na atuação da prefeitura urbanizando toda a orla da praia de Itapoã, onde foram instalados chuveiros, ciclovia e outros serviços, menos no pequeno trecho em que eles moram, trecho em que estas melhorias são interrompidas, que reaparecem na orla após as moradias dos pescadores nesta praia.

Nota-se, na análise dos temas elencados pelos pescadores, a capacidade de mapear com clareza os problemas que circundam a atividade, fazer denúncias ao poder público, produzindo encadeamentos significativos com as suas causas. Alguns depoimentos mereceram destaque neste sentido e foram citados no artigo.

Percebem-se também a baixa exequibilidade das propostas de soluções “estratégicas” presentes nos documentos oficiais, para o setor pesqueiro e menos ainda para os pescadores artesanais.

É importante salientar também que os pescadores reconheceram o forte impacto nos recursos pesqueiros da colocação de redes de espera de modo inadequado e irregular. Esta pode ser considerada também mais uma das várias causas para o decréscimo da quantidade de peixe pescado próximo da costa. Reconhecem também que outra causa pode ser a crescente quantidade de barcos nos últimos 40 anos, resultando na percepção de menor quantidade de

peixe pescado por barco.

Mas longe de aceitarem a imputação que os coloca como os causadores do decréscimo pesqueiro, têm a percepção clara das causas das mudanças ambientais e de seus grandes agentes. Deste modo, eles refutam a condição a eles infligida de depredadores e infratores. Seja no discurso, seja mantendo práticas de transgressão às limitações de seus territórios de pesca.

Também sinalizam que as informações contraditórias, divergentes e conflitantes entre os diversos órgãos que *tangenciam* o tratamento do setor pesqueiro (Ministério da Pesca; IBAMA; Capitania dos Portos; IEMA; Secretaria de Agricultura, na qual o setor da pesca se encontra; as diversas secretarias ambientais; a polícia ambiental) prejudicam muito, e fazem o *mosaico institucional* parecer mais caótico.

E então complementando o quadrante acima referido caracterizado como caótico, visto que produzem muita informação, muita burocracia que confundem mais do que ajudam, há também na organização dos pescadores regionais a tendência de muitas agências de representação/proteção/credenciamento. Assim há uma reprodução da complexa ramificação de instituições nas associações de filiação/representação dos pescadores para as atividades da pesca. Tais como as associações de moradores e de pescadores, as colônias de pescadores e duas federações de pescadores – uma coligando as associações e outra as colônias.

### **Apontamentos finais**

As sociedades pesqueiras, assim denominadas por diversos autores (DIEGUES, 1998, MALDONADO, 1994; BRETON, 1981; CORDEL, 2001), têm ocupado o litoral brasileiro há centenas de anos, constituindo ao longo dos anos uma vivência cuja estrutura econômica e temporal as manteve distantes da lógica capitalista, vivendo próximas da natureza, constituindo ao longo dos séculos um *etos* carregado de regras de uso e práticas sociais de respeito ao ciclo vital dos recursos pesqueiros. Mas quando são pressionadas pelos processos globalizadores (CANCLINI, 2003) a mudarem suas práticas sociais, buscam resistir às mudanças que os afetam na reprodução da vida (BOURDIEU, 1989).

É notável também que o desenvolvimento transformado em ideologia hegemônica, mascara as atividades dos principais impactadores do meio ambiente. Na análise do estudo com os pescadores é perceptível a inversão que acontece quando são colocados como impactadores e predadores do meio ambiente. Mesmo quando as referidas empresas citadas neste artigo reconhecem o dano ambiental e se comprometem a realizar a compensação dos

afetados, muitas vezes elas pedem para que os pescadores não divulguem como compensação de danos. Assim, invertem a situação, transformando sua agência como preocupada com o entorno e agindo conforme uma ética correta, agindo para o bem dos cidadãos do local. Deste modo a empresa produz uma imagem dela mesma de comprometimento social com a população do entorno.

Neste sentido é que os pescadores são duplamente prejudicados. Nos recursos marinhos que decrescem com as atividades impactantes neste meio e com a imputação legal e socialmente legitimada de serem os agentes impactantes.

Resta a pergunta acerca do tipo e do sentido de desenvolvimento que se quer implantar, onde e como fazê-lo. Em primeiro lugar, o que se observa é que *desenvolvimento* é ainda uma ideia geralmente restrita ao crescimento econômico que é quantificado pelos indicadores econômicos como o PIB (ELI DA VEIGA, 2008; KLIKSBURG, 2010).

No estado do Espírito Santo, isso tem vigorado como uma política econômica nas três últimas décadas e, apesar do debate que tem sido feito em torno da noção de *sustentabilidade* pelos movimentos ambientalistas, os *processos de implantação ou expansão dos grandes empreendimentos* no estado, estes têm ocorrido de modo muito diverso do que se poderia chamar de *sustentável*. O que se observa, na prática, é um número cada vez maior de impactos socioambientais e de problemas relacionados à alteração brusca de modos de vida e de condições de trabalho de populações que, até então, eram reconhecidas como tradicionais, dentre estas os pescadores artesanais, conforme já destacamos.

Observa-se, portanto, ao longo do litoral do ES um tipo de desenvolvimento de fora, nas escalas internacional, nacional e regional, para dentro das localidades, e de cima para baixo, do alto da estrutura social para a base, dos segmentos que detêm mais poder no governo para as prefeituras. Deste modo, as populações, que são impactadas por tais empreendimentos de grande porte, e também, não conseguem a inserção econômica, política ou social nestes empreendimentos.

A criação de territórios de proteção/exclusão, na forma de unidades de conservação, tem ocupado espaço considerável nos movimentos ambientalistas regionais. Pode-se dizer que a criação de territórios começa a ser também uma discussão entre os pescadores devido aos grandes desafios que têm enfrentado no estado do ES, pelos motivos que explicitamos acima decorrentes da implementação de um desenvolvimento de baixo envolvimento em todos os níveis da população residente nas regiões em que os Grandes Projetos estão sendo implantados.

Todos os problemas acima relatados ameaçam os modos de vida e trabalho dos antigos

residentes praieiros; impede, muitas vezes, a continuidade da atividade pesqueira, a permanência na antiga moradia; fomentam a especulação imobiliária, o aumento do custo de vida, assim como a introdução de outros modos de vida. Promovem, portanto, violentas transformações socioculturais locais e, em vários casos, a expulsão dos residentes nativos, a emergência de conflitos socioambientais, semelhantes aos que nos relatam estudos ao longo da faixa costeira em outros estados do litoral brasileiro (FUKS, 2001; MORAES, 2004; MOTA, 2004; LIMA, 1997; PEREIRA, 2014; KNOX, 2009). Uma discussão que merece ser divulgada e discutida, de modo efetivo.

### ***THE ARTISANAL FISHING, CONFLICTS AND NEW CONFIGURATIONS***

**ABSTRACT:** *This article aims to analyze the situation of artisanal fishing which has been facing great difficulties a result of social and economic fruit of new uses of the coastline changes. The study focuses on the arranged along the coast of the state of Espírito Santo fishing communities, using records produced by different institutions, and the material (interviews, film, speeches at meetings, etc.). Raised by fieldwork for our projects. We start from the ideas of development and progress are transformed into hegemonic ideology, for facilitating the implementation of a Field Development, for the purpose of reverse as from the necessity as a social production and also, with the production of impactors, which is, in this case, the artisanal fishermen.*

**KEYWORDS:** *Development. Environmental conflicts. Fishing communities. Socioeconomic changes. Public policy.*

### **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

ACSELRAD, H. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p.77-83.

BICALHO, C. S. **Além da superfície: impactos do desenvolvimento na pesca artesanal de regência augusta – ES**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BRETON, Y. D. L'anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs: réflexions sur le naissance d'un sous-champ disciplinaire. **Anthropologie et Sociétés**, Quebec, v.5, n.1, p.7-27, 1981.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2003.

CARACTERIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA E EVTEA DA IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS NO LITORAL DO ESPÍRITO SANTO. **1º Relatório Parcial. Ministério da Pesca e Aquicultura**, Brasília/Distrito Federal, 2010.

CORDELL, J. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: EDUSP, 2001. p.139-160.

DE NORTE a sul, novos polos de negócios se formam no Estado. **A Gazeta**, Vitória, p.5, 8 ago. 2010.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: EDUSP, 1998.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA; São Paulo: EDUSP, 2001.

ELI da VEIGA, J. **Desenvolvimento sustentável**: desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001.

HARVEY, D. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IGLESIAS, R. Análise dos grandes projetos de investimento no ES. In: INSTITUTO DOS SANTOS NEVES. **O Espírito Santo**: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES, 2010. p.165-218.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. **Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo**. Vitória, 2011. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1010:sintese-dos-indicadores&catid=23&Itemid=202](http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=1010:sintese-dos-indicadores&catid=23&Itemid=202)>. Acesso em: 20 maio 2014.

KLIKSBERG, B. **Mitos e falácias do desenvolvimento social**. 2.ed. Petrópolis: Cortez, 2010.

KNOX, W. **Vivendo do mar**: modos de vida e de pesca. Natal: EDUFRN, 2009.

LEONARDO, F. A. M. **Entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental**: o caso da pesca artesanal em Regência Augusta-ESinhares / ES. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

LIMA, R. K.; PEREIRA, L. F. **Pescadores de Itaipu**: meio ambiente conflito e ritual no estado do rio de janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, p. 31-64, 2006.

MALDONADO, S. C. **Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo: Annablume, 1994.

MORAES, M. S. M. O loteamento do mar: conflito e resistência. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.19-63.

MOTA, F. R. O que é de um não é de outro: conflitos e direitos na Ilha da Marambaia. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.93-125.

9 PORTOS vão abrir 25 mil empregos. **A Tribuna**, Vitória, p.4, 7 dez. 2014. Manchete da capa.

PEREIRA, G. R. **Produção da cultura e mediação social do ambiente nas pescas artesanais das comunidades vizinhas de Ubú e Parati no Espírito Santo.** 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. **Revista Novos Estudos: CEBRAP**, São Paulo, n 80, p.109-125, mar. 2008.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: HUCITEC, 2000. p.67-79.

SALÁRIOS de até 14 mil nos portos do Estado. s/autor. **A Tribuna**, Vitória, p.5, 7 dez. 2014. Manchete da capa.

SEAMA/ES - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo , IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo mapa da zona costeira do ES  
[http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/index.php?option=com\\_abook&view=book&catid=7:mapas&id=1392:mapa-es-zona-costeira](http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/index.php?option=com_abook&view=book&catid=7:mapas&id=1392:mapa-es-zona-costeira)

SOARES, D. Pescadores e PETROBRAS: ação coletiva e justiça ambiental na baía de Guanabara. **Revista VITAS: Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, Niterói, n.3, p.01-06, jun. 2012. Disponível em:  
<<http://www.uff.br/revistavitas/images/PESCADORES%20E%20PETROBRAS%20RESUMO%20DE%20TESE%20DE%20DAVID%20GONALVES.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

TRIGUEIRO, A.; KNOX, W. **Imagens da pesca artesanal no Espírito Santo.** Vitória: GM, 2013.

ZHOURI, A. Da invisibilidade à resistência: atores redes no licenciamento ambiental das hidrelétricas Capim Branco I e II (Complexo Amador Aguiar), MG In: **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental** / Andrea Zhouri (org.). Belo Horizonte: edUFMG, 2011.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

BRASIL. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **Diagnóstico sócio-cultural-econômico da população pesqueira do litoral capixaba**. Vitória, ES, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Relatório do macro diagnóstico da pesca marítima do estado do Espírito Santo**. Vitória, ES, 2005b.